

Afetos e Emocionalidades em Mulheres que Sofreram Violência por Parceiro Íntimo

Bruna Maia Magalhães¹, Valeska Zanello¹, Iara Flor Richwin Ferreira¹

¹ Universidade de Brasília

Submissão: 10 fev. 2022.

Aceite: 20 mar. 2023.

Editora de seção: Carolina Andrea Ziebold Jorquera.

Nota das Autoras

Bruna Maia Magalhães  <https://orcid.org/0000-0002-4068-0835>

Valeska Zanello  <https://orcid.org/0000-0002-25315581>

Iara Flor Richwin Ferreira  <https://orcid.org/0000-0002-9230-9018>

Correspondências referentes a este artigo devem ser enviadas a Bruna Maia Magalhães, Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica e Cultura, Asa Norte, DF, Brasil. Email: brunamaia.mg@gmail.com

Resumo

Sob uma perspectiva crítica que considera as emoções e os caminhos de subjetivação como socialmente implicados, o presente artigo teve por objetivo investigar os sentimentos, afetos e emoções vivenciados por mulheres que sofreram violência física em relacionamento íntimo, como eles se configuram e se manifestam na inserção, manutenção e saída de um relacionamento violento heterossexual. Foi realizado um estudo de casos múltiplos por meio de entrevistas com cinco mulheres. O material foi transcrito e analisado por duas pesquisadoras, primeiramente de forma separada. Depois, em conjunto, os casos foram debatidos buscando suas singularidades e semelhanças, levando-se em conta uma análise por meio dos dispositivos de gênero. Na discussão desenvolvida neste artigo, foram abordadas observações sobre os seguintes temas: 1) Satisfação narcísica de ser escolhida e especial; 2) Formas de violência; 3) Afetos mobilizados; 4) “O amor da minha vida”: idealização do amor romântico; e 5) O descentramento do amor romântico e a entrada do “terceiro”: possíveis vias de saída.

Palavras-chave: violência contra a mulher, dispositivos de gênero, afetos, emocionalidades, subjetividade

AFFECTS AND EMOTIONALITIES IN WOMEN WHO HAVE SUFFERED INTIMATE PARTNER VIOLENCE

Abstract

Starting from a critical perspective that considers emotions and ways of subjectivation as socially involved, the present article aimed to investigate the feelings, affections and emotions experienced by women who have suffered physical violence in an intimate relationship, how they are configured and manifested in the entering, maintaining and exiting a violent heterosexual relationship. A multiple case study was carried out through interviews with five women. The material was transcribed and analyzed by two researchers, first separately. Then, together, the cases were debated seeking their singularities and similarities, taking into account an analysis through gender *dispositifs*. In the discussion developed in this article, observations on the following topics were addressed: 1) Narcissistic satisfaction of being chosen and special; 2) Forms of violence; 3) Mobilized Affections; 4) “The love of my life”: idealization of romantic love; and 5) The decentering of romantic love and the entry of the “third party”: possible ways out.

Keywords: violence against women, gender *dispositifs*, affections, emotionalities, subjectivity

AFFECTOS Y EMOCIONALIDADES EN MUJERES QUE HAN SUFRIDO VIOLENCIA DE PAREJA

Resumen

Partiendo de una perspectiva crítica que considera las emociones y formas de subjetivación como socialmente involucradas, el presente artículo tuvo como objetivo investigar los sentimientos, afectos y emociones vividas por mujeres que han sufrido violencia física en una relación íntima, cómo se configuran y manifiestan en el ingreso, mantener y salir de una relación heterosexual violenta. Se realizó un estudio de caso múltiple a través de entrevistas a cinco mujeres. El material fue transcrito y analizado por dos investigadores, primero por separado. Luego, en conjunto, se debatieron los casos buscando sus singularidades y similitudes, teniendo en cuenta un análisis a través de dispositivos de género. En la discusión desarrollada en este artículo, se abordaron observaciones sobre los siguientes temas: 1) La satisfacción narcisista de ser elegido y especial; 2) Formas de violencia; 3) Afecciones Movilizadas; 4) “El amor de mi vida”: idealización del amor romántico; y 5) El descentramiento del amor romántico y la entrada del “tercero”: salidas posibles.

Palabras clave: violencia contra la mujer, dispositivos de género, afectos, emocionalidades, subjetividade

O amor romântico, tão idealizado em nossa cultura, é fruto de uma construção social. No Brasil, ele passou por séculos de uma história de adestramento dos afetos e da sexualidade, pelas mãos do Estado e da Igreja, que objetivaram adequá-los ao ideal de uma sociedade católica (Del Priore, 2019). Como aponta Almeida (2018), o discurso sobre um amor “puro” e que “a tudo supera” encobre o fato de que os laços afetivos são formados e mantidos no interior de um mundo hierarquizado, violento e profundamente desigual. Para além da idealização, o amor é permeado de ambiguidades e linhas de poder socialmente estabelecidas que exercem efeitos distintos sobre a subjetividade de homens e mulheres.

A violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo é uma das expressões mais nefastas dessa desigualdade. Segundo o DataSenado (2019), 27% das mulheres declararam ter sofrido violência doméstica provocada por um homem, dos quais 78% eram parceiros ou ex-parceiros. A pesquisa mostra, no entanto, que, ao apresentar situações violentas para as mulheres e perguntar se elas vivenciaram algo semelhante, o percentual sobe de 27% para 36%, indicando a dificuldade de compreender a violência como tal. Apenas 32% das mulheres vitimadas chegaram a fazer uma denúncia. Quando o assunto é violência psicológica, sexual ou moral, torna-se ainda mais difícil estimar a quantidade, dada a maior dificuldade dessas mulheres em identificar e nomear a violência que sofrem (Queiroz & Cunha, 2018). Ramos et al. (2009) indicam que o caráter privado desses crimes produz duas consequências que se retroalimentam: a manutenção das agressões, pela criação de um “segredo”; e a aceitação social de que nesse tipo de relação não se pode intervir. Logo, a violência doméstica precisa ser abordada considerando tanto sua dimensão social e coletiva quanto sua dimensão mais íntima, como é o caso do campo das afetividades.

É necessário apontar que mesmo esse campo íntimo dos afetos e emoções é enlaçado com o contexto sociopolítico e cultural. Como destacado por Le Breton (2019), a socialização e a cultura influenciam diretamente a forma de manifestar, sentir e identificar as emoções. Nesse sentido, o autor constrói uma perspectiva crítica para a compreensão das configurações afetivas, salientando que elas não se dão de maneira espontânea, puramente intrapsíquica e desgarrada da cultura, mas simbolizam o clima moral e cultural que permeia e constitui o indivíduo e suas relações. Assim, a construção do campo afetivo se dá em meio a processos históricos e sociais, o que significa que culturas ou posições sociais distintas convocam o campo das emocionalidades de formas desiguais, criando diferentes caminhos de subjetivação.

Em nossa sociedade, gênero constituiu-se como um dos fatores que definem essas distinções e hierarquias entre posições sociais, ao transformar uma diferença anatomo-biológica em desigualdade social, moral e material (Laqueur, 2001). Como proposto por Butler (1986), gênero consiste em uma repetição estilizada de performances, orientada por *scripts* culturais. É importante salientar, contudo, que esses *scripts* culturais gendrados orientam não apenas performances, mas também afetos e emocionalidades que, em culturas sexistas como no Brasil, são profundamente marcados pelo binarismo de tornar-se homem ou mulher (Zanello, 2018). Nessa perspectiva, destaca-se que um estudo crítico dos afetos e emoções deve considerá-los não

apenas como algo da esfera íntima e individual, mas como arranjos disponibilizados pela cultura, por meio de pedagogias afetivas (Zanello, 2018) e tecnologias de gênero (Lauretis, 1984). Isto é, os sentimentos, afetos e emocionalidades são construídos, modelados e interpretados por meio do contexto sociopolítico e cultural, com configurações específicas de acordo com raça e etnia, classe social e gênero (Le Breton, 2009; Zanello, 2018).

Zanello (2018) propõe uma leitura do amor a partir dessa perspectiva discutida acima e aponta que ele constitui o fulcro de um dos principais caminhos de subjetivação para as mulheres em nossa cultura. Segundo a autora, essas formas privilegiadas de constituição subjetiva das mulheres podem ser compreendidas a partir de dois dispositivos de subjetivação centrais: o dispositivo materno e o dispositivo amoroso.

O dispositivo materno remete à construção cultural de uma indiferenciação entre a capacidade de cuidar e a capacidade de procriar, o que naturaliza o cuidado – uma habilidade humana – como uma característica eminentemente feminina. Por meio dessa construção, o trabalho de cuidar do outro (e todos os seus desdobramentos) recaiu principalmente sobre as mulheres e recebeu uma “capa afetiva”, que o naturalizou como algo “espontâneo” (Zanello, 2018, p. 150), que não demanda remuneração. Além disso, destaca-se que, via dispositivo materno, as mulheres em geral – e não somente as mães – se constituem subjetivamente em um heterocentrismo. Isto é, elas passam por um contundente processo de aprendizagem afetiva em que são ensinadas a estar disponíveis e priorizar as demandas, necessidades e desejos dos outros, em detrimento dos próprios (Zanello, 2018).

Já o dispositivo amoroso aponta para a aprendizagem de uma forma específica de amar que é identitária para as mulheres, uma vez que elas se subjetivam na relação consigo mesmas “mediadas pelo olhar de um homem que as escolha” (Zanello, 2018, p. 84). Ou seja, o valor identitário de ser mulher no Brasil é legitimado pela capacidade de ser escolhida e se manter escolhida por um homem. Esse processo de subjetivação pelo dispositivo amoroso foi representado pela autora por meio da metáfora da “prateleira do amor”. Essa prateleira, que é atravessada pelo ideal estético – atualmente branco, jovem, louro e magro –, impõe padrões rigorosos aos corpos das mulheres, gera competição entre elas e promove o preterimento afetivo daquelas que não se encontram em um lugar privilegiado. Além disso, essa lógica da prateleira situa as mulheres continuamente sob o alvo do olhar de exame e julgamento dos homens, enquanto eles são alçados ao posto de avaliadores das mulheres.

A prateleira do amor, enquanto *locus* privilegiado de sua subjetivação, é um importante fator de vulnerabilização para as mulheres, inclusive para aquelas que supostamente estão “bem posicionadas”, dada a efemeridade dessas posições diante do envelhecimento e de mudanças do corpo nos diferentes ciclos da vida (Zanello, 2018). Entretanto, a despeito de não ser boa para mulher alguma, a prateleira é mais perversa e destrutiva para mulheres negras, indígenas ou com alguma deficiência, isto é, aquelas que estão distantes do ideal estético. As múltiplas articulações e interseccionalidades entre esses marcadores engendram formas distintas de fragilização subjetiva, opressões corporais, abalos narcísicos e identitários e ataques à autoestima (Zanello, 2018).

Os dispositivos de gênero discutidos acima possuem valor identitário e vinculam-se ao narcisismo dos sujeitos. Nesse ponto, é necessário salientar que, ao contrário da acepção pejorativa do termo narcisismo frequentemente mobilizada no senso comum, que alude a uma suposta falha de caráter, adotamos aqui a significação dada pelo conceito freudiano (Freud, 1911-1913/2010), que remete ao processo de constituição do “eu” e do psiquismo, que faz função essencial durante a vida de cada sujeito e não é por si só um defeito moral ou patologia. No âmbito do amor, por exemplo, o narcisismo justificaria a renúncia e os sacrifícios na esperança de ser amada e gratificada (Santos, 2020). Nesse sentido, é possível pensar que o narcisismo se realiza também por via dos dispositivos de gênero, os quais podem intermediar a maneira como o sujeito se vê e se satisfaz no mundo, ancorando as questões narcísicas de forma também generada (Zanello, 2018).

Em face das discussões apresentadas, destaca-se a urgência da compreensão sobre as vivências subjetivas que tornam as mulheres mais vulneráveis a relações abusivas e violentas. Nessa perspectiva, este estudo teve o objetivo de investigar os afetos e emocionalidades em mulheres que sofreram violência em relacionamento íntimo heterossexual, observando sua configuração e manifestação na entrada, manutenção e saída do relacionamento.

Método

Participantes

Cinco mulheres brasileiras que sofreram agressão física em uma relação amorosa já rompida.

Instrumentos

Questionário fechado e roteiro de entrevista semiestruturada, ambos desenvolvidos pelas autoras. O questionário fechado continha perguntas simples visando obter as seguintes informações: a duração do relacionamento; os tipos de violência vividos (patrimonial, moral, sexual, físico, psicológico); se houve denúncia ou não; a frequência com que a violência física ocorreu; se o relacionamento foi rompido ou não após o primeiro episódio de violência; se a mulher teve filhos com o agressor; se chegou a contar para alguém da sua rede de apoio; e os dados sociodemográficos.

Procedimentos

Trata-se de um estudo de casos múltiplos, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, CAAE: 34.092920.9.0000.5540, Protocolo: 4.299.620. A convocação se deu por meio de divulgação de convite e questionário nas redes sociais. O questionário era anônimo, com perguntas simples e fechadas sobre o relacionamento violento; um perfil sociodemográfico; um espaço para deixar o contato, caso se disponibilizassem a participar da entrevista; e o contato de uma das pesquisadoras. O questionário foi divulgado no dia 26 de outubro de 2020 e as entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021.

À medida que as mulheres se candidatavam para a entrevista, era feito um único contato para a marcação de horário. As entrevistas só foram agendadas quando a mulher se prontificou a participar e ofereceu um horário de imediato, sem qualquer insistência ou necessidade de segundo contato.

Os questionários daquelas que se prontificaram foram separados com base na frequência com que as violências físicas ocorreram e no momento de saída da relação: 1) Mulheres que tiveram um único relacionamento violento e terminaram a relação após o primeiro episódio de violência física; 2) Mulheres que tiveram dois relacionamentos violentos, sendo, ao menos um deles, com um episódio de violência física; 3) Mulheres que viveram um relacionamento em que os episódios de violência física ocorriam com regularidade. A razão para esse recorte se deu com o objetivo de observar se havia diferenças e como elas ocorriam no que se refere aos afetos, emocionalidades e processos subjetivos implicados em cada dinâmica de relação. Em cada categoria, as mulheres foram contactadas aos poucos, até que fosse possível combinar uma entrevista com duas mulheres de cada grupo. Destaca-se que a categoria 1 contou com apenas uma entrevistada, já que as demais candidatas desistiram de participar ou revelaram não ter sofrido violência física durante a participação, e seus depoimentos foram separados para estudo posterior.

Uma das pesquisadoras realizou as entrevistas por meio de chamadas de vídeo com gravação apenas do áudio. No início da chamada, foram feitos esclarecimentos sobre a pesquisa e foi oferecida a opção de desligar a câmera antes da gravação. A pergunta disparadora foi “Conte-me um pouco sobre você e sobre suas relações”. Durante a entrevista, houve intervenções como: “Fale mais sobre isso”, “Pode me dar um exemplo?”.

Os áudios foram transcritos integralmente. Duas pesquisadoras leram separadamente o material e levantaram aspectos relevantes. Em conjunto, as histórias e os aspectos elencados em cada uma foram comparados. Discutiram-se os principais pontos e as temáticas comuns que as atravessavam. Foi construído um texto sobre a história de cada entrevistada, com a seleção de suas principais falas, a fim de organizar e revisar o estudo de cada caso.

Resultados

As participantes eram brasileiras, naturais e residentes de diferentes Estados do país, com idade entre 24 e 55 anos. Os relacionamentos violentos ocorreram quando as mulheres tinham entre 17 e 26 anos. A seguir, apresentamos um quadro-resumo de cada entrevistada.

Quadro I

Quadro-resumo das participantes

Vanessa	Parda, um relacionamento violento com um único episódio de agressão, denunciou a violência física. Aos 21 anos, foi morar nos EUA com o noivo. Ele deu um tapa em seu rosto, ela chamou a polícia imediatamente. A polícia e a justiça dos EUA agiram rápido em sua proteção.
Júlia	Parda, dois relacionamentos violentos, filhos com o agressor, denunciou a violência física. Teve um curto relacionamento com violência sexual aos 17 anos. Mudou-se da cidade sozinha para fazer a faculdade e conheceu o segundo namorado. Sofreu violência sexual algumas vezes durante o relacionamento de dois anos e teve dois filhos com ele. Denunciou-o à polícia depois de sofrer violência física e ficar em cárcere privado durante a segunda gravidez.
Paula	Parda, dois relacionamentos violentos, filhos com o agressor. Terminou com o primeiro namorado após receber um tapa no rosto aos 18 anos. Passado um ano, reataram sob a condição de que ele nunca mais iria agredi-la, e foram morar juntos. Ele não voltou a agredi-la, mas se mutilava e ameaçava suicídio na frente dela. Tiveram dois filhos e, quando Paula tinha 26 anos, ele de fato se suicidou. O segundo relacionamento, com quem também teve duas filhas, terminou após um episódio de agressão durante a gravidez. Ele nunca pagou qualquer conta ou pensão para as filhas.
Camila	Branca, um relacionamento violento com agressões físicas recorrentes. Conheceu seu primeiro namorado na época da graduação, ele era ciumento. Seus pais se mudaram de Estado e ela permaneceu sozinha. A violência psicológica escalou para a física, que se tornou recorrente. O relacionamento se manteve por cerca de três anos e meio, até que Camila rompeu com ele durante um intercâmbio.
Raquel	Parda, um relacionamento violento com agressões físicas recorrentes. Em uma nova cidade, sozinha e passando por problemas familiares, ela conheceu o ex-namorado, com quem se relacionou por um ano. A violência escalou rapidamente depois que ela desistiu de fazer uma denúncia.

Para efeitos didáticos, os temas encontrados nas entrevistas e elencados na análise dos casos foram divididos em tópicos que serão discutidos adiante. São eles: 1) Satisfação narcísica de ser escolhida e especial; 2) Formas de violência; 3) Afetos mobilizados; 4) “O amor da minha vida”: idealização do amor romântico; e 5) O descentramento do amor romântico e a entrada do “terceiro”: possíveis vias de saída.

Discussão

Satisfação narcísica de ser escolhida e especial

Em todos os casos, identificou-se o funcionamento do dispositivo amoroso na configuração de uma satisfação narcísica decorrente do “ser escolhida” que, enquanto fundamental chancela identitária das mulheres em nossa cultura, permeou profundamente todos os relacionamentos, seja na entrada, na manutenção ou na dificuldade em elaborar seu fim.

Camila relatou que o medo do abandono sempre foi presente em sua vida e que, com o ex-namorado em questão, não sentia essa ameaça: “certeza que ele não ia me abandonar porque ele é louco por mim. Louco em todos os sentidos, [...] de me achar maravilhosa, a mulher mais deusa da vida dele, e louco de fazer loucuras mesmo e você perguntar sobre a sanidade mental dessa pessoa”. Como mostra a fala de Camila, identificou-se que a loucura e a violência de persistir e fazer *stalking* eram interpretadas por parte das mulheres como prova de amor: ser essencial e insubstituível para o homem. Tal interpretação é produzida e reproduzida por potentes tecnologias de gênero, muito populares na cultura brasileira, como as músicas, filmes e novelas (Gama & Zanello, 2019). Quando Camila diz “*ele é louco*” e usa o complemento “*por mim*”, o que

se evidencia é um giro interpretativo, em que ser “louco por ela” passa a depor não sobre a loucura dele, mas sobre o que ela é capaz de causar nesse homem.

Sentir-se de alguma maneira especial, importante ou insubstituível apareceu como ponto comum às falas de todas as entrevistadas. O efeito disso mostra-se no ângulo da entrada e da dificuldade de sair das relações violentas. Camila exemplifica: “Eu me sentia drogada. Fico imaginando assim alguém viciado em pó, que sabe que tá ruim, sabe que não é bom, sabe que tem um custo altíssimo pra sua cabeça, pro seu corpo, pra sua família, pras suas amigas, mas não consegue parar de cheirar”. Seguindo essa metáfora, o que faz Camila tornar-se dependente dessa “droga” remete ao seu efeito psicodinâmico. A dependência afetiva criada pelo dispositivo amoroso não consiste apenas em estar com um homem, ou no amor que se tem por ele, mas se relaciona diretamente com o efeito narcísico e identitário que o se sentir escolhida de forma insubstituível por um homem causa na mulher.

Assim como na metáfora de Camila, ser única e especial gera uma sensação de satisfação e completude nessas mulheres, para a qual sempre se tenta retornar. A beleza física e seu reconhecimento pelo olhar dos homens apareceram de modo frequente como uma dessas vias de satisfação narcísica nos relatos de todas as entrevistadas. Camila relatou: “Ele me exaltava muito. Eu me sentia a mulher mais linda do mundo”. Sentimento semelhante ocorreu com Paula: “Ele me fazia eu me sentir a mulher mais linda do mundo, mais querida, mais atraente, mais amada”. Ser escolhida e chancelada por um homem em sua beleza é um elemento central do dispositivo amoroso. Embora os homens também sejam exaltados por suas companheiras, lucrando com isso em termos de autoimagem e autoestima, é raro encontrar um homem com uma fala saudosa dizendo: “Minha ex fazia eu me sentir o homem mais lindo e mais amado do mundo”. Não é que as mulheres nunca façam com que os homens se sintam amados e bonitos, elas o fazem o tempo todo. A questão é que a chancela por via da beleza é construída socialmente como uma forte questão para a identidade das mulheres, conferindo a essa questão uma centralidade e relevância que não é a mesma para os homens. Ela não se enquadra como um ponto que ancora o narcisismo masculino da mesma forma como acontece com as mulheres. Aos ouvidos dos homens, a exaltação de sua beleza física pode até ser importante, mas não é fator estruturante de suas masculinidades e não se destaca como motivo relevante para eleger, permanecer com uma mulher ou sentir falta dela. Para as mulheres, por outro lado, lhes é ensinado que só se é desejável se há um homem desejando-as (Zanello, 2018), o que engendra uma terceirização de sua autoestima, que demanda essa passagem pela aprovação masculina.

Vanessa comentou: “Ele era artista, ele pintava, fazia quadros, fotografias, eu me sentia meio **musa**... né, dele [...] Eu não me achava bonita, até conhecer ele, e aí ele começou a me pintar etc. Passei assim... a ver certa beleza em mim”. Para Vanessa, a questão racial também marcou a experiência. “Eu era a típica baianinha, né. Moreninha, do cabelo cacheado, magrinha [...] Eu achava bonita a minha amiga que era bem branquinha, com sardas e tinha olho verde [...] essa que eu queria apresentar a ele, que era loiro, de olho azul e tal”. Ela gostou do rapaz logo de início, mas nem se cogitou enquanto possibilidade para um homem branco, loiro e

estrangeiro. Pensou, antes, que ele combinaria com a amiga, o que pode apontar para o racismo introjetado. No padrão de beleza hegemônico, ou na dita “prateleira do amor”, uma mulher negra costuma ocupar uma posição de preterimento amoroso (Pacheco, 2008; Zanello, 2018). Assim, ser escolhida por um homem desejado dentro dos padrões de beleza, isto é, com um diferencial dentro de um capital matrimonial racista, era uma alta chancela de Vanessa em sua mulheridade e afirmação de sua beleza, o que, como ela pontuou, “pegou numa fragilidade”. Quanto menos atributos ditados pelo rígido padrão de beleza uma mulher tem, mais vulnerável afetivamente ela tende a ficar nesse sentido, como alguém que “tirou a sorte grande”, fator que tem potencial para invisibilizar violências e aumentar o desafio de sair de uma relação que promove esse tipo de validação narcísica. O reconhecimento da beleza, contudo, não foi a única forma pela qual as mulheres se sentiram únicas e especiais. Júlia se sensibilizava com os relatos da infância complicada do companheiro e assumia, predominantemente, uma postura de cuidado. Ela disse que às vezes cuidava do rapaz como um filho: “Não sei por que eu senti essa necessidade de cuidar, de ser importante pra alguém”. Como mostra o relato, frequentemente, é a partir da confissão de uma dor masculina que as mulheres passam a decidir pela vida deles e não pela delas.

Raquel, por sua vez, ficou sensibilizada quando o namorado lhe contou que havia sofrido abuso sexual na infância: “Ele dizia que não tinha falado com ninguém sobre isso”. Assim, ela não estranhou os primeiros gritos e manifestações de agressividade do rapaz, interpretando sua instabilidade emocional como fruto de traumas. Identifica-se que ela foi instada a compreender os sofrimentos do namorado sobre sua vivência racial e de classe, por ele ser de família pobre e negra. Tanto o lugar em que o namorado a colocava, “de patricinha branca privilegiada”, quanto o telefonema realizado pela sogra quando Raquel estava a caminho da delegacia, a convocavam a fazer uma cumplicidade racial com ele e não o denunciar: “A mãe dele falou ‘meu filho é preto e meu filho é pobre, segundo as estatísticas já era para estar na cadeia há muito tempo, mas ele conseguiu entrar na universidade, por favor, não estraga isso para ele’. E aí ela usou essas questões, que são muito importantes para mim, para me desencorajar a denunciar, como se eu tivesse alguma culpa, e como se eu que decidisse o destino dele”. Importante lembrar que a sensibilização de Raquel pela questão racial dificilmente surtiria o mesmo efeito se ela não fosse também uma mulher negra de pele mais clara que a do namorado. Destaca-se que, no Brasil, o racismo e o mito da democracia racial operaram negando à população negra a chance de identificar-se como tal, nomear as opressões e lutar contra elas. Nesse sentido, Devulsky (2021) elucida que a complexa dinâmica do colorismo se insere nessa problemática como reflexo da supremacia branca. O colorismo cria desigualdades também entre os membros da comunidade negra, atingindo homens e mulheres de maneiras distintas e aprofundando a desigualdade entre ambos. Consciente dos efeitos do racismo em sua própria vida e do colorismo que atravessa a sociedade, Raquel é convocada a atuar em uma cumplicidade racial e desistir da denúncia. Mesmo aceitando a cumplicidade, ela é desautorizada por ele em sua negritude, ainda que sua vivência também passe por um lugar social de racialização e de exclusão.

Após a ligação da sogra, Raquel desistiu de denunciar e se acostumou com as agressões, que a partir de então passaram a ser recorrentes. “Eu sinto muito que eu era uma bengala assim emocional para ele, sabe? Que ele contava todas as coisas dele, que eu tinha que tá aqui. Sempre disponível para ouvir as coisas dele” (Raquel). Ser a “bengala emocional” de alguém é certamente um lugar de muito peso, mas há um “ganho” narcísico: assume-se um lugar ímpar e supostamente essencial para o outro.

Em casos como os de Raquel e Júlia não há uma exaltação direta da imagem dessas mulheres como beldades, mas há uma alimentação de seu narcisismo pela via de serem as únicas a terem acesso a uma fragilidade do namorado e pela ideia de que eles precisam delas. Frequentemente, as mulheres precisam ser precisadas, pois esse é o jeito oferecido para que se sintam relevantes (Zanello, 2018). Ademais, terminar uma relação com um homem que sofre, que é também uma vítima, pode ser moralmente condenável.

Portanto, identifica-se que a satisfação por se sentir única e especial também é convocada por uma junção do dispositivo materno ao amoroso, em que a mulher aparecia como a única que entendia e dava conta do companheiro, a única com quem ele se sentia à vontade e para quem ele confidenciou uma grande dor. Ser a depositária exclusiva dessa dor masculina parece exercer aqui um efeito que toca o narcisismo das mulheres. O segredo mostra que ela é única e especial, capturando pelo dispositivo amoroso. Diante de tal captura, as mulheres tendem a responder com afetos ligados ao dispositivo materno, sensibilizando-se a cuidar desses homens. Há, amiúde, uma hipercompreensão das dores dos homens, que raramente despendem o mesmo tempo, energia e empatia em relação às dores delas. Ver o namorado como vítima ou detentor de traumas e transtornos pode encobrir ou amenizar os erros que ele comete e justificar sua agressividade. Assim, até mesmo as características negativas do homem violento colocam obstáculos para que as mulheres busquem o rompimento da relação. Ao mesmo tempo, a capacidade de perdoar, de compreender e de suportar as adversidades do relacionamento são reafirmadas como qualidades da vítima (Cunha, 2008).

Essa estrutura “homem traumatizado ou psicologicamente adoecido com uma mulher que pretende ajudá-lo ou salvá-lo” repetiu-se em todos os casos, em alguma medida. Como na dinâmica da história “A bela e a fera”, o desabafo sobre os traumas e sofrimentos ativa nas mulheres a fantasia de que sua paciência e amor seriam capazes de transformar a fera em príncipe, de que seu empenho e afeto seriam a cura para o adoecimento dos parceiros. “Eu sentia que pelo menos ele podia desabafar comigo [...] que ele iria melhorar [...] e que eu devia ficar feliz porque ele se abria comigo, então eu me sentia meio que res... Não responsável assim pelo bem-estar dele... mas eu sentia que eu... podia ajudar ele a resolver essas questões” (Raquel). Tal dinâmica parece culminar em uma hiper-responsabilização feminina e uma desresponsabilização masculina (Guimarães & Zanello, 2022), que balizam o engendramento da culpa e da vergonha, como será discutido mais adiante.

Formas de violência

Foram identificadas diferentes formas de violência perpetradas pelos parceiros íntimos a partir da manipulação dos afetos das mulheres. Tais manipulações por vezes se atrelaram ainda às vulnerabilidades preexistentes e singulares de cada uma delas, por exemplo, problemas familiares, de autoestima e vivência de racismo, o que intensificou seus efeitos. A culpabilização foi a principal estratégia manipulativa encontrada. Junto a ela, a desqualificação e a humilhação foram os mecanismos mais presentes nos casos em que a violência física era recorrente. Nessas circunstâncias, mesmo no caso de uma mulher com mais vantagens sociais – como Raquel –, a pele mais clara e a condição financeira mais confortável que a do namorado tornaram-se argumentos para que ela fosse desacreditada de sua própria dor e desqualificada. Camila também ouvia humilhações do namorado: “Do tanto que ele me disse que eu era um nada, que eu era uma inútil, eu acho que eu realmente virei isso”. A humilhação se faz presente como constructo de gênero que gera imobilização (Díaz-Benítez, 2019). Assim, ao criticar e reduzir mulheres que já estão fragilizadas, o efeito é a produção de uma miragem de que esse homem já faz muito estando com ela, como se a mulher devesse ficar grata por ele aguentá-la.

Nos casos de Vanessa e do primeiro relacionamento de Paula, houve apenas um episódio de violência física, ao qual elas colocaram um limite antes de reatarem o namoro, sob a condição de que a violência jamais se repetisse. Nenhuma das duas voltou a sofrer uma violência física com os parceiros. No entanto, nos dois casos houve a transição de uma violência dirigida diretamente a elas para uma violência autodirigida, que recrutava o olhar da mulher como testemunha de vivências de horror. Vanessa viu o namorado tentando suicídio na casa em que moravam, logo após reatarem. Paula via o companheiro se autoagredir: “Ele chutava a árvore até quebrar o pé [...] tinha esses acessos de fúria e de violência, mas passaram a ser com ele mesmo. [...] socava [a parede] até ficar a mão toda ensanguentada em carne viva... batia a cabeça na parede [...] eu ficava horrorizada [...] continuava sendo uma violência pra mim [...] eu cheguei em casa do trabalho e ele tava deitado na cama com a arma na cabeça assim engatilhada e ficou ‘tô só esperando você chegar pra eu me despedir de você, tchau’”.

Nesses dois casos, o adoecimento e a instabilidade emocional dos homens ficaram evidentes. Cassorla (2021) aponta que o ato suicida é altamente agressivo em relação aos sobreviventes atingidos e que seu conteúdo violento, muitas vezes, é revestido de fantasias de vingança e de produção de culpa e sofrimento. Assim, suicídio e autoagressão também constituem uma forma de comunicação. Em episódios como os testemunhados por Paula, há a criação de uma cena chocante que, para além do adoecimento psíquico do homem em questão, também remete a uma agressão que atinge violentamente as pessoas que são convocadas para assistir. Assim, identifica-se que o limite dado por essas mulheres foi capaz de barrar apenas uma forma de violência, mas não a continuidade dela. Ademais, o choque de presenciar tais cenas parece reforçar as vias do dispositivo materno, interpelando as mulheres para o cuidado dos homens.

Outra violência identificada foi o “controle com carinho” (Zanello, 2018), um refinamento na maneira de expressar os clássicos afetos de ciúmes e sentimento de posse em relação à

parceira. É uma maneira ambígua de reduzir a liberdade das mulheres com justificativas carinhosas e sutilezas. “Ele era uma pessoa que me dava muito também, né. Me dava cuidado, me dava carinho, mas ao mesmo tempo me abusava de todas as formas”, disse Camila. Esse mecanismo é difícil de ser notado como abuso, dado seu verniz de preocupação, cuidado, gentileza e amor verdadeiro. Paula, por exemplo, contou em choque que não percebia como agressões as situações que vivia: “No início mesmo foi muito inocente assim, muito! Aquela coisa aí ‘nós dois somos almas gêmeas’ e tudo, ‘a gente não tem segredos, tudo você me conta, e tudo eu te conto, tá?’”. Para ela só foi possível perceber que vivia em “uma cadeia” anos depois. Quando esse companheiro faleceu, Paula não sabia a senha da própria conta bancária. Ele dizia que queria poupá-la de ter de lidar com “coisa de dinheiro” e ir ao banco, pois tinha crianças pequenas e ele mesmo poderia fazê-lo: “Se eu quisesse comprar um batom pra mim, uma meia pra mim, eu tinha que pedir pra ele, entende? [...] ele tinha o controle total da minha vida financeira”. Ele também impedia que ela dirigisse, monitorava seus horários e ligações, escamoteando seus ciúmes sob a forma de preocupação com o bem-estar de Paula.

A violência sexual também esteve presente de maneira silenciosa. Algumas mulheres apontaram o sexo em suas relações como uma experiência violenta, mesmo que à época de sua ocorrência não conseguissem nomeá-la dessa forma. O segundo companheiro de Paula agrediu-a depois de pressioná-la a ter uma relação sexual e de acusá-la de traição. Júlia acordou com sangue nas pernas e notou que seu primeiro namorado havia se aproveitado de sua embriaguez para tirar sua virgindade. Com o segundo namorado, pai de seus filhos, acordou duas vezes com ele “fazendo sexo comigo desacordada... me penetrando mesmo”. Situações semelhantes ocorreram com Camila, cujo ex queria sexo todos os dias, acusava-a de traição caso negasse e já a acordou de madrugada penetrando-a: “**Hoje sei que eu fui estuprada várias vezes dentro da relação**”. Esse “**hoje**” denuncia a invisibilidade da violência sexual, sobretudo quando ela acontece no relacionamento amoroso.

O estupro no relacionamento tem raiz histórica no débito conjugal, na ideia de que as mulheres devem dar satisfação sexual aos homens. Não é incomum que as mulheres concordem em fazer sexo sem vontade ou até aprendam a emular prazer e fingir orgasmos (Zanello, 2018). Júlia sentia-se pressionada a transar sem preservativo, mesmo que não sentisse diferença em seu prazer pessoal. Suas duas gestações ocorreram nesse contexto: “Era sempre só isso, tipo, ele me procurava, a gente fazia sexo, eu nunca ficava satisfeita, ele ficava sempre satisfeito”. Ela disse que se forçava a isso “pra poder ver se resgatava, ver se voltava a sentir como antes e não voltava, né”. No caso de Júlia, em especial, além da culpa e da sensação de estar suja, ela relatou nojo de si e de seu corpo. Esse nojo autorreferido é bastante comum em casos de violência, o que está intrinsecamente relacionado com os processos de autculpaabilização das mulheres nessas situações e aponta, de acordo com Díaz-Benítez (2019), para o repúdio ao próprio corpo e à própria sexualidade. Segundo a autora, o afeto “nojo” marca uma hierarquia entre o sujeito que o sente e o objeto que provoca a repulsa. Nessa torção em que o nojo aparece autorreferido, o sujeito e o objeto do nojo coincidem, configurando um movimento de tentativa de saída de si e de deslocamento e recusa com relação ao próprio corpo.

Outra forma de violência identificada entre as entrevistadas foi a exposição da sexualidade da mulher de forma vexatória. Camila relatou que, quando terminou com o namorado, sofreu a ameaça de ter seus nudes vazados e enviados para familiares: “Foi a pior parte. A pior. Mais que as das agressões físicas, se é que é possível”. Essa situação revela como a sexualidade feminina está profundamente associada ao valor moral da mulher, tanto individualmente quanto na esfera da honra familiar (Zanello, 2018).

Afetos mobilizados

Diante das dinâmicas violentas e da captura pela satisfação narcísica das mulheres, três afetos principais marcaram seus relatos, atravessando profundamente a experiência de viver um relacionamento abusivo: desamparo/solidão, culpa e vergonha.

A solidão apareceu como um fator importante para a entrada e manutenção dos relacionamentos entre essas mulheres. Júlia e Raquel haviam mudado de Estado para cursar a graduação. Os pais de Camila tiveram de se mudar enquanto ela permaneceu cursando a faculdade, sem parentes por perto. Vanessa morava sozinha com o namorado nos Estados Unidos quando foi agredida. Apenas Paula contava com a presença da família na mesma cidade. É certo que o isolamento geográfico pode funcionar como fator vulnerabilizador. Contudo, as mulheres não são ensinadas a lidar com a solidão em nossa cultura, preferindo muitas vezes o desamor à solidão (Zanello, 2018). Há uma promessa culturalmente construída de que um relacionamento é capaz de suprir faltas e gerar completude. Identitariamente atreladas a isso, as mulheres, com frequência, têm dificuldade de estarem só consigo mesmas (Zanello, 2018). É nesse sentido que o “estar só”, ou estar solteira, pode ser ressentido intensamente como desamparo. Júlia contou que entrou em um app de relacionamentos amorosos, pois estava só na cidade, e ali conheceu o ex: “Foi isso também, um vínculo pra romper a solidão” (Júlia). Entretanto, a solidão, na maioria dos casos, não foi tamponada pelo relacionamento. Ao contrário, ela foi muitas vezes intensificada, gerando uma dependência afetiva junto a um sentimento de estar só, embora acompanhada. Júlia disse que suas gestações foram muito solitárias, apesar de morar com o ex. Raquel perdeu amigos da faculdade quando namorou o veterano agressor. Camila contou que nada se comparava à solidão que sentia naquele namoro.

A culpa foi a emocionalidade que apareceu de modo mais recorrente entre as entrevistadas. A culpa é um sentimento historicamente fomentado e interpelado às mulheres, como forma de controle social e instrumento para sua submissão. Díaz-Benítez (2019) aponta que algumas emoções são profundamente generificadas, assumindo contornos diferenciados marcados pelo gênero. A autora ressalta que isso não significa dizer que apenas as mulheres sintam culpa, mas que os mecanismos desses afetos, assim como os efeitos gerados por eles nas vidas das pessoas, são diversos. É importante salientar que nos casos aqui trabalhados a culpa não se deu apenas por fatos ocorridos. Ela também se instaurou dentro da dinâmica afetiva quando a mulher se responsabiliza pelos afetos do homem – e inevitavelmente fracassa – como um efeito colateral do fenômeno que descrevemos como “a bela e a fera”. Nessa perspectiva,

evidenciaram-se dois tipos principais de culpabilização: culpa pelos afetos do companheiro; e culpa a partir do que ele faz.

Ao verem o namorado como vítima, as mulheres tenderam – e por vezes foram incenti- vadas – a tomar para si a responsabilidade pelos afetos dele. Imbuídas do desejo de transformar o parceiro, as mulheres se atribuem essa responsabilização sem sequer notar. Elas passam a se moldar para que o companheiro seja poupado de sentir-se de determinada forma (Guimarães & Zanello, 2022). Diante do caráter impossível da tarefa, há um fracasso anunciado em responsa- bilizar-se pelos afetos alheios, o que retorna em forma de culpa.

Paula relatou que, diante do companheiro adoecido que ameaçava suicídio e protagoni- zava cenas de automutilação, ela começou a modificar a forma de falar e de se portar para evitar que ele se sentisse mal. “Eu via que ele tava chateado com isso [...] então eu ficava tentando, tipo assim, eu mudava, entende?”. Ela disse que passou a se sentir constantemente vigiada: “À mes- ma medida que ele ficava desconfiado, eu ficava endurecida, né [...] tipo ‘ai, não posso fazer’, então eu acho que perdi a minha naturalidade”. Em certo ponto, ela tentou barrar os comporta- mentos abusivos dele, mas após o suicídio do companheiro, sentiu-se culpada: “Me culpei muito, eu ficava achando que era culpa minha que ele tinha feito isso”. Paula contou que, por muitos anos, teve dificuldade de falar e que desde então passou a prestar atenção no que dizia (não só para ele, mas para as pessoas em geral) e na possibilidade de suas palavras machucarem alguém: “A sensação que eu tinha era que eu tinha feito um buraco nele”.

Em seu segundo casamento com outro homem abusivo, Paula não mudou seu compor- tamento para agradá-lo, mas se comprometeu a custear uma terapia para o marido. Há uma mudança significativa em Paula quando comparadas as duas relações, já que ela não tentou se moldar para o segundo marido, mas o encaminhou a um profissional. Isso sinaliza que ela en- controu um caminho alternativo, não tomando totalmente para si a tarefa impossível de salvá- -lo. Contudo, pagar as sessões psicoterápicas traz um efeito simbólico importante: seja com o corpo ou com dinheiro, quem paga caro pelo adoecimento e tratamento desses homens?

Já o namorado de Raquel dizia que sentia vergonha dela: “As minhas atitudes, esponta- neidades, às vezes, envergonhavam ele [...] Então, quando eu estava feliz, o problema era eu tá feliz demais e envergonhar ele. Quando eu tava triste, eu tava triste demais e ele tinha vergonha também, [...] eu acabava pegando pra mim a culpa. [...] Aí era muito ruim, porque eu sempre pensava o que eu precisava fazer para ele não sentir mais vergonha de mim”. É possível ver que os sentimentos manifestados por esses homens não foram interpretados como problemas que eles mesmos precisavam resolver, mas como falha e responsabilidade das mulheres (Guimarães & Zanello, 2022).

Raquel, Camila e Vanessa receberam ligações das sogras ao tentarem denunciar a violên- cia. As três se sentiram culpadas após o telefonema. Raquel e Camila desistiram de fazer a de- núncia. Vanessa já tinha ligado para a polícia quando falou com a sogra e quis retirar a queixa, mas foi acolhida por uma equipe psicossocial que a ajudou a perceber que deveria mantê-la. As ligações das sogras, portanto, ao apelarem para os prejuízos que seus filhos teriam, promoviam

uma transferência de responsabilidade diante da violência, em que as mulheres eram tidas como as culpadas pelas consequências dos atos dos homens. Além disso, identificou-se que os parceiros atribuíam às mulheres a culpa pelas agressões recorrentes que eles próprios cometiam. O namorado de Raquel, depois de agredi-la, chorava e gritava dizendo: “Olha no que você me transformou”. Já Camila, certa vez, tentou segurar o namorado pelo braço em meio a uma multidão e suas unhas compridas marcaram o braço dele. No dia seguinte ele lhe mostrou as marcas e alegou que, a partir daquele momento, ela havia “inaugurado” a violência física dentro da relação: “Isso [...] deu a ele a liberdade de começar a me agredir”.

Por fim, as mulheres com filhos, Júlia e Paula, trouxeram um intenso sentimento de culpa ligado à falta de relação dos pais com os filhos. “Sempre fiquei pensando que ele ia fazer falta na vida deles, que **eu devia incluir** [...] eu sinto culpa por isso [...] por eles não terem um pai presente hoje [...] como se eu tivesse uma obrigação ali... **tentar fazer esse vínculo acontecer**”. Com essa fala, Júlia escancara a responsabilidade que recai sobre as mulheres, sobretudo as que são mães, de manter as relações e fazer presença onde o pai faz falta (Lobão et al., 2020).

Paula, cujo segundo marido nunca pagou nada das duas filhas, sentia-se mal de cobrá-lo ou recorrer à justiça: “Acho vergonhoso você ter que pedir pro pai da sua filha te dar uma ajuda no sustento dela [...] é como se tivesse [...] batendo um carimbo assim na parede ‘sou incompetente pra escolher um pai pras minhas filhas’”. A incompetência dele recai como incompetência dela. Paula sentia-se culpada pela desimplicação do ex e, ao mesmo tempo, não conseguia enquadrá-lo na lei: “Essa coisa de achar que eu sou responsável por tudo, sabe? [...] Tenho muita dificuldade em receber e quero doar demais”. A culpa aqui recai como obrigação dentro do dispositivo materno, fazendo valer a sobrecarga feminina.

A vergonha mencionada por Paula também foi um afeto narrado por todas as demais entrevistadas como algo presente nas relações, perdurando, em alguns casos, para além dos termos. Além da escolha de “um bom pai para os filhos”, a vergonha se mostrou ligada ao episódio de violência em si ou à persistência na relação. A situação mais recorrente para esse sentimento se deu quando relataram para alguém o que aconteceu ou estava acontecendo, o que fomentava um ciclo de isolamento social. Vanessa ligou para a polícia de imediato, terminou a relação e teve sua história de superação escrita em um jornal local. Ainda assim, passou bastante tempo sem contar à família sobre o ocorrido: “Eu escondi de minha mãe. Eu tinha vergonha. Depois de muitos anos é que eu conversei com minha mãe, com minhas irmãs, sobre esse assunto”.

Nesse sentido, o isolamento social e a redução da rede de apoio acontecem tanto pela influência ativa dos homens quanto pela vergonha que as mulheres sentem ao falarem do assunto. O namorado de Raquel inventava histórias sobre ela para os colegas de curso. O de Vanessa priorizava as amigas dele em detrimento das amigas dela. O namorado de Júlia tentava colocá-la contra os amigos, dizendo que eram falsos. Paula relatou que o ex tinha ciúmes das amigas e queria saber o que elas conversavam. Camila acabava voltando para casa quando saía com os amigos, pois o namorado arrumava uma confusão. Ele também ficava enfurecido ao saber

que ela havia comentado sobre alguma briga com uma amiga; aos poucos, ela foi deixando de sair e de contar.

Essa redução da rede de apoio aconteceu com todas, mas foi mais intensa nos casos de Raquel e Camila, em que a violência física era recorrente. Todas as mulheres contaram para outras pessoas sobre os abusos, psicológicos ou físicos, que sofriam. Contudo, várias delas narraram que os amigos se cansavam. Aos poucos, as mulheres paravam de buscar ajuda e se envergonhavam da persistência no relacionamento. Assim, identifica-se que o agressor e a vítima se fecham em um sistema, e o homem torna-se, muitas vezes, a única referência de apoio afetivo para ela, que fica sem ter como pedir ajuda. Camila relata: “Nada comparado com a solidão daquela época, porque realmente eu não tinha ninguém. Eu não podia contar pros meus pais, não podia contar pras minhas amigas, elas já tinham desistido de mim. [...] muito, muito sozinha”.

A vergonha de si mesma e da incapacidade de romper o relacionamento contribuía com o aumento do desamparo e da solidão, em um círculo vicioso, que deixava as mulheres em um estado ainda maior de vulnerabilidade ao agressor. Raquel disse: “Eu me afastei de todos os meus amigos e hoje em dia eu sei que vários deles já imaginaram o que acontecia, mas eu nunca conseguia falar exatamente”. Além da vergonha de buscar ajuda, a fala de Raquel denuncia uma passividade social, também encontrada em outros casos. Camila contou que gritava no apartamento, mas nunca teve ajuda de nenhum vizinho. Quando aparecia com roxos na faculdade e inventava desculpas, ninguém procurava saber mais. Júlia correu para a casa de um casal de vizinhos quando foi agredida, mas não obteve ajuda.

Assim, um agravante do risco, e possivelmente agravante da vergonha, vem do silêncio social sobre a violência contra a mulher. Por mais que o tema seja debatido, na presença de uma mulher conhecida, mantém-se o tabu e uma política de não interferência, como assinala o ditado popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Nesse sentido, entre um homem que não quer que ela fale sobre isso e uma rede de apoio que não quer mais ouvi-la, gera-se um profundo sentimento de vergonha. Logo, há uma conjuntura que convida a mulher a fazer cumplicidade de silêncio, o que mantém o ciclo de violência longe de interferências.

“O amor da minha vida”: idealização do amor romântico

Ao longo das entrevistas, as mulheres frequentemente trouxeram o amor que elas sentiam pelos homens como o motivo que as fez permanecer, apesar das violências e prejuízos. “Ele era extremamente ciumento, inseguro e assim, eu, nossa, vivia numa prisão, numa cadeia mesmo, mas eu amava tanto ele [...] Eu me anulei completamente [...] pra estar com ele, porque eu amava ele demais”, disse Paula sobre seu primeiro relacionamento. Esse mecanismo expresso por Paula – reconhecimento dos riscos e sofrimentos da relação justapostos ao amor que os supera – não se reduz a algo simplesmente individual, mas encontra ancoragem em uma estrutura sociocultural que idealiza o amor romântico. Esse amor que tudo justifica, tudo suporta e tudo atravessa é uma construção que emerge em meio às novas configurações de família que surgiram com a ascensão do capitalismo, passando a habitar o clima moral da sociedade como um ideal a

ser conquistado e mantido sobretudo pelas mulheres. Essa forma de amar é fruto, como apresentamos, de fortes tecnologias de gênero e de uma aprendizagem do amor como o cerne identitário das mulheres (Zanello, 2018).

Com a promessa de que conquistariam sua felicidade no encontro romântico, e encarregadas historicamente de lutar e zelar pelo “amor verdadeiro”, as mulheres são as que mais sofrem com o fardo dessa idealização. Não raro, a vida e os projetos pessoais das mulheres ficam em segundo plano e a relação amorosa torna-se prioridade: “Aquela relação tomava 90% da minha energia”, disse Camila. Paula resumiu este tópico: “De amar muito mesmo, eu tava sem lugar para mim”. Parece que não é o amor relacional que se destaca na fala de Paula, mas a sinalização de um adoecimento no dispositivo amoroso, um investimento no outro e na manutenção da relação tão exacerbado que engendra um esquecimento de si.

Quando se reveste algo ou alguém da ideia de ser insubstituível, a vulnerabilização é ainda maior, já que insinua uma perda definitiva: “Eu achava que ele era o amor da minha vida, é isso que é o mais paradoxal de tudo, eu tinha certeza que eu nunca ia encontrar um homem tão maravilhoso e tão horrroso quanto ele [...] eu achava que ninguém mais no mundo poderia fazer esse papel de cuidador que ele fazia, sabe, de resolvidor dos meus problemas”, disse Camila. Raquel, por sua vez, disse: “Se eu não tivesse ele, parece que eu realmente não ia ter nada, e isso era o que ele falava para mim também, sabe? [...] eu não conseguia mais ficar sem, porque era sempre aquele papo ‘ninguém mais vai ficar com você’, por mais que ele me agredisse muito”.

Embora falas semelhantes tenham aparecido em todas as entrevistas, não foi por acaso que as colocações sobre o caráter insubstituível dos homens tenham ocorrido com maior intensidade nas falas de Camila e de Raquel, as duas mulheres que sofreram violência física de maneira recorrente e por mais tempo, vivenciando mais intensamente esse circuito fechado da relação abusiva. O caráter “insubstituível” que o homem agressor passa a ter para as mulheres, além da origem no dispositivo amoroso, ampara-se e fica exacerbado na precarização da rede social das mulheres, na falta de amigos e familiares com quem elas possam contar. Quanto mais se reduz essa rede, mais esses homens crescem em importância na vida dessas mulheres, ainda que essa presença seja permeada de profundas ambivalências. O namorado de Camila, por exemplo, a agredia constantemente, mas era também quem cuidava de seus hematomas, depois que a briga acabava: “Muito paradoxal, né, mas realmente eu não tinha quem cuidasse”.

O descentramento do amor romântico e a entrada do “terceiro”: possíveis vias de saída

Em todas as entrevistas, foi possível notar o atravessamento dos dispositivos de gênero enquanto balizadores dos sentimentos femininos e da manutenção da relação. Contudo, vale um destaque para o caso de Vanessa, em que, embora presentes, os dispositivos não trilharam um caminho de adoecimento psíquico para ela. Ainda que se sentir “a musa” de um homem estrangeiro e loiro tenha surtido um fascínio no início do relacionamento e invisibilizado a instabilidade emocional do rapaz, a sensação não perdurou por muito tempo: “Eu o via como um cara bonito, né... diferente, loiro, forte, olhos azuis... viajado, que falava várias línguas, então, eu acho

que eu botava ele meio que num pedestal, né. E aos poucos eu fui vendo que não era bem assim [...] comecei também a perceber que [...] que eu tinha meu valor também”.

O que se observa no caso de Vanessa é que, quando o namorado a validava em sua beleza, isso gerava certo entorpecimento decorrente da satisfação narcísica, ao mesmo tempo que havia um manejo ativo por parte dela. A validação do ex-noivo pareceu a largada inicial para que ela ressignificasse seus conceitos de beleza e mudasse a forma como olhava para si: “passei [...] a ver uma certa beleza em mim”. Ela contou que o relacionamento “abriu o mundo” para ela, que pôde perceber outras culturas, outros padrões de beleza, línguas e artes. Vanessa não tomou a validação dada pelo namorado como presente ou afeto que só poderia vir dele. Ela fez uso disso, acatando o que a interessava e fortalecendo sua autoestima, usando essa validação como impulso, mas caminhando de maneira independente da chancela oferecida pelo homem. Nesse sentido, Vanessa desconstruiu ideais racistas de beleza e se engajou nas atividades profissionais e estudos artísticos, chegando a superar os conhecimentos do então namorado. Ela se utilizou do olhar do noivo de início, mas conseguiu fazer uma travessia construindo algo positivo para além dele.

Vanessa mostrou um grande interesse e compromisso com sua própria carreira, seus projetos, *hobbies*, viagens e estudos. Nota-se que ela não era totalmente amor-centrada e se apaixonou por diversas outras coisas além do noivo: “Era importante, e tal, mas não era tudo na minha vida, não, porque eu... já tinha uma faculdade, tinha carreira, também, tinha meus sonhos, né”. Observa-se que a construção narcísica (dimensão fundamental na constituição psíquica dos sujeitos) de Vanessa não se ancorava majoritariamente na chancela oferecida pelo rapaz, mas era apoiada por outros pilares que sustentavam sua realização enquanto mulher.

Além disso, a intervenção ativa do Estado, como a entrada de um terceiro, também foi fundamental no caso de Vanessa. A despeito de o ex-noivo ter cortado o telefonema que ela fez para a emergência, a polícia dos Estados Unidos rastreou a ligação, chegou à casa deles em poucos minutos com uma medida protetiva já emitida pela autoridade policial e garantiu que o agressor fosse embora. Estudiosa e atuante da área jurídica, Vanessa compara sua experiência com a de outras mulheres que tentam denunciar no Brasil: “A gente precisa que a medida protetiva seja expedida, no Brasil, pela autoridade policial que atende, [...] eu vejo muita mulher que tem dificuldade, é mal atendida, não tem... não tem delegado, aí o delegado tem que procurar o juiz, aí o juiz tá fora da cidade, aí não tem medida protetiva e a mulher vai lá e é agredida de novo, sabe? Então [...] não pode isso de ser só o juiz que tem que dar a medida protetiva”. Diante da culpa que sentiu pela denúncia, Vanessa relatou que foi acolhida por uma equipe especializada: “É... eu achei fantástico isso, porque, primeiro: eu fui a vítima e... eu não fui desacreditada em momento nenhum. Dois: a medida protetiva foi emitida na hora pelo policial”. Ressalta-se que Vanessa tampouco ficou livre de sentimentos de solidão, culpa e vergonha, tão presentes nos relatos das outras mulheres. Ela contou que o atendimento que recebeu das profissionais de psicologia e assistência social foi crucial para a desconstrução da culpa e para um desfecho positivo. Esse relato contrasta com o despreparo de muitos profissionais da saúde para manejar casos de violência contra a mulher no Brasil e também com o relato de Camila, que, ao buscar

uma psicóloga enquanto sofria agressões recorrentes, recebeu a sugestão de um fitoterápico, e que pesquisasse sobre o tema “respeito” e tentasse conversar com o namorado.

Com Raquel e Camila, a entrada do terceiro se deu não pelo Estado, mas por familiares. No caso de Raquel, ainda que tardiamente, esse terceiro foi importante tanto para que ela pudesse buscar o autocuidado e se fortalecer (quando a mãe a incentivou) quanto para que o namorado parasse de insistir (quando a amiga se colocou entre os dois e ameaçou chamar a polícia). Para Camila, o suporte da mãe e de uma amiga também foi importante.

Observa-se que em relacionamentos atravessados por idealizações – como o encontro da alma gêmea ou a fantasia da completude narcísica ao ser escolhida –, a entrada de um terceiro pode promover a desconstrução desse imaginário, facilitando o rompimento. Um elemento terceiro ameaça a manutenção do silêncio na relação e abre a possibilidade de um novo horizonte para a mulher, ao quebrar o relacionamento fechado em si mesmo e furar a fantasia que se prolifera. Quanto mais fechada e impermeável é a relação, mais a violência tende a se inflamar e maior é a dependência da mulher.

Considerações finais

Este estudo evidenciou que os fatores subjetivos e emocionalidades que tornam as mulheres mais vulneráveis à violência nas relações íntimas estão diretamente ligados aos caminhos privilegiados de subjetivação oferecidos para as mulheres no Brasil, marcados pelos dispositivos amoroso e materno.

No primeiro tema, identificou-se que o “ser escolhida” por um homem e ter a sensação de ocupar um lugar importante e insubstituível para ele apareceram como fatores centrais que contribuíram com a entrada, persistência e dificuldade de romper relações íntimas violentas. O segundo tema evidenciou as diferentes formas de manipulação dos afetos e de manifestação da violência em relacionamentos íntimos, destacando-se, ademais da violência física e sexual, a desqualificação, a humilhação e o “controle com carinho”. O terceiro tema discutiu os principais afetos e sentimentos relatados pelas mulheres diante da violência e da captura pela satisfação narcísica: o isolamento e solidão, a culpa e a vergonha, que contribuem para a perpetuação do ciclo de violência. O quarto tema abordou a idealização do amor romântico e seu potencial de vulnerabilizar as mulheres, ao levá-las a priorizar os homens e as relações em detrimento de si mesmas, e a manter-se em situações nas quais são humilhadas e violentadas em nome de um suposto amor que tudo enfrenta, tudo justifica e tudo supera. Por fim, o quinto tema evidenciou como o descentramento do amor romântico e o investimento em si mesma e em projetos fora da esfera amorosa podem funcionar como importantes fatores protetivos. Além disso, evidenciou-se que a entrada de terceiros em relações amorosas violentas é fundamental para que as mulheres consigam romper o cerco de violência e isolamento. Nesse sentido, salienta-se a importância de que o Estado funcione como esse elemento terceiro para que a saída da relação violenta não dependa de acaso, sorte individual ou conformação da rede social de cada mulher,

mas sim da existência de programas e instituições de saúde, assistência social, segurança pública e justiça disponíveis e eficazes.

Em suma, os resultados deste estudo apontam que a vulnerabilização e a persistência de mulheres em relações abusivas e violentas se ancoram em uma forma identitária de amar, a qual se conformou histórica e culturalmente, e é interpelada nas mulheres. É necessário, portanto, refletirmos não apenas sobre os modos de intervenção para deter a violência, mas também, e sobretudo, em meios de criar e propor novos caminhos identitários, de subjetivação, para elas, que sejam fora do *script* beleza–cuidado–amor.

Referências

- Almeida, S. L. (2018). Prefácio. In L. V. Schucman. *Famílias inter-raciais: Tensões entre cor e amor*. EDUFBA.
- Butler, J. (1986). Atos performativos e constituição de gênero: Um ensaio em fenomenologia e teoria feminista. *Caderno de Leituras*, 78.
- Cassorla, R. M. S. (2021). *Estudos sobre suicídio: Psicanálise e saúde mental*. Blücher.
- Cunha, T. R. A. (2008). Violência conjugal: Os ricos também batem. *Publicaio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*, 16(1), 167–176. <https://doi.org/10.5212/publ.humanas.v16i1.628>
- DataSenado (2019). *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Secretaria de Transparência. Senado Federal. https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/DataSenado_2019_Relatorio_-_Viol%C3%Aancia_Dom%C3%A9stica_e_Familiar_Contra_a_Mulher_v13_Com_Tabelas.pdf
- Del Priore, M. (2019). *História do amor no Brasil*. Contexto.
- Devulsky, A. (2021). *Colorismo*. (Coleção Feminismos Plurais). Jandaíra.
- Díaz-Benítez, M. E. (2019). O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. *Horizontes Antropológicos*, 25, 51–78. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000200003>
- Freud, S. (1911–1913/2010). *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”): Artigos sobre técnica e outros textos*. Companhia das Letras.
- Gama, M., & Zanello, V. (2019). Dispositivo amoroso e tecnologias de gênero: Uma investigação sobre a música sertaneja brasileira e seus possíveis impactos na pedagogia afetiva do amar em mulheres. In E. Silva, S. Oliveira, & V. Zanello, V. (Orgs.). *Gênero, subjetivação e perspectivas feministas* (pp. 161–182). Technopolítik.
- Guimarães, M., & Zanello, V. (2022). A vivência dos ciúmes e o processo de subjetivação de homens: Por uma discussão genderada dos afetos. *Revista de Psicologia*, 40(2), 1133–1174. <https://doi.org/10.18800/psico.202202.018>
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo-corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume-Dumará.
- Lauretis, T. (1984). A tecnologia do gênero. In H. B. Hollanda. *Tendências e impasses do feminismo como demanda da cultura* (pp. 206–242). Rocco.
- Le Breton, D. (2019). *Antropologia das emoções*. Vozes.
- Lobão, M., Leal, D., & Zanello, V. (2020). Guarda compartilhada a despeito do desejo da mãe: violência institucional contra as mulheres. In A. S. Birchall, & B. P. Bernardes (Orgs.). *Pontes para a paz em casa: Práticas e reflexões* (pp. 41–58). Editora Conhecimento.
- Pacheco, A. C. L. (2008). *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. Tese, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Queiroz, R. A., & Cunha, T. A. R. (2018). A violência psicológica sofrida pelas mulheres: Invisibilidade e memória. *Revista Nupem*, 10(20), 86–95. <https://doi.org/10.33871/nupem.v10i20.310>
- Ramos, M. E. C., Santos, C., & Dourado, T. (2009). Violência intrafamiliar: Desvelando a face (oculta) das vítimas. In F. R. Lima, & C. Santos (Orgs.). *Violência doméstica: Desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Lumen Juris.
- Santos, M. L. G. D. (2020). *Os sintomas e hematomas do amor*. Appris.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos*. Appris.

EQUIPE EDITORIAL**Editora-chefe**

Cristiane Silvestre de Paula

Editores associados

Alessandra Gotuzo Seabra

Ana Alexandra Caldas Osório

Luiz Renato Rodrigues Carreiro

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Editores de seção**“Avaliação Psicológica”**

Alexandre Luiz de Oliveira Serpa

André Luiz de Carvalho Braule Pinto

Vera Lúcia Esteves Mateus

Juliana Burges Sbicigo

“Psicologia e Educação”

Alessandra Gotuzo Seabra

Carlo Schmidt

Regina Basso Zanon

“Psicologia Social e Saúde das Populações”

Enzo Banti Bissoli

Marina Xavier Carpena

“Psicologia Clínica”

Carolina Andrea Ziebold Jorquera

Julia Garcia Durand

Natalia Becker

“Desenvolvimento Humano”

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Rosane Lowenthal

Suporte técnico

Camila Fragoso Ribeiro

Giovanna Joly Manssur

Giovana Gatto Nogueira

PRODUÇÃO EDITORIAL**Coordenação editorial**

Surane Chiliani Vellenich

Estagiário editorial

Élcio Marcos de Carvalho Júnior

Preparação de originais

Hebe Ester Lucas

Revisão

Mônica de Aguiar Rocha

Diagramação

Acqua Estúdio Gráfico